

Capítulo X

Resultados – Parte II

Por Marcus Possi*

O objetivo deste artigo é concluir o processo de trabalho da inspeção nas instalações elétricas, apresentando os resultados marginais e a conclusão. Parte mais significativa e objetiva desse trabalho e garantia da busca pela qualidade e abertura de novas ações junto as nossas instalações elétricas.

Resultados marginais

Os resultados marginais são aqueles que aparecem pelo próprio desenvolvimento do processo de inspeção. Dizem que o gás isolante SF6 – hexafluoreto de enxofre – foi descoberto como produto marginal de uma ação rotineira na década de 1930, chegando a uso comercial na década de 1940, e todos sabemos a respeito de suas vantagens. Devemos sempre tirar vantagens de onde já gastamos tempo e esforço.

Origem

Vamos aqui analisar o nosso processo de trabalho desde sua etapa inicial até a etapa de resultados.

No início do processo, verificamos a necessidade de uma visita técnica para conhecimento das instalações e das condições de trabalho elétrico com ou sem risco. Isso já faz a equipe dessa etapa pensar em procedimentos de trabalho seguros, condições de acesso e segurança, medidas complementares ao risco, desenvolvimento de APR (Análise Prévia de Riscos), compra ou uso de EPIs, assim como a sua especificação, e tudo para o trabalho no local. Os profissionais que acompanham a inspeção, independentemente de sua origem ou vínculo

empregatício, devem ter capacitação para exercer essa atividade.

Primeiros resultados: APR, lista de EPIs, procedimento de trabalho no local, classificação de pessoal para essa atividade e capacitação dos envolvidos.

Onde devem ser colocados? No prontuário das instalações.

Na etapa da inspeção no local, verificamos a necessidade de criar, quando não existente, uma identificação nos equipamentos, na sua maioria, os quadros de distribuição. Para isso, o uso de etiquetas autoadesivas, ainda não de forma definitiva, facilita a aderência dos equipamentos inspecionados nas listas de verificação dos equipamentos. Ainda nessa etapa, é oportuno a localização física dos quadros ser aplicada a essas plantas baixas frequentemente encontradas nos locais, além da correspondência ao equipamento recém-identificado.

Segundos resultados: identificação dos equipamentos, identificação dos equipamentos em planta de localização, criação de fichas de equipamento.

Onde devem ser colocados? No prontuário das instalações.

Na etapa da consolidação dos relatórios inspeção, e da mesma forma no plano de ação corretiva previsto pelo MTE ou recomendações previstas na autovistoria, por vezes somos forçados a tomar decisões e usar de alta engenharia para garantir a segurança com ações contingenciais. Ações que não deixam a exposição aos riscos, mesmo que as

ações corretivas ainda não tenham sido concluídas. No entanto, a simples classificação técnica de relevância ou urgência é uma condição necessária e essencial para o desenvolvimento de um bom plano para dar mais sentido às ações futuras, realizadas pelo profissional responsável pelas instalações elétricas da unidade.

Terceiros resultados: classificação das ações corretivas, desenvolvimento de ações contingenciadas.

Onde devem ser colocados? No PAC.

Vantagens e forma de uso

Vamos entender aqui que a principal vantagem de termos tantos subprodutos é que se torna possível construir um PIE (Prontuário das Instalações Elétricas). A abordagem da inspeção de documentos que prevemos ao longo desse trabalho com certeza terá produzido uma lista significativa de não conformidades em documentos, por cota das características dadas pelo próprio sistema de classificação de infrações do Ministério do Trabalho, denotado como algo extremamente grave que pode ser contornado parcialmente e sem custos extras.

O controle da existência e da data de inspeção ou manutenção dos equipamentos instalados na empresa, da mesma forma, atende eventualmente ao seu cadastro para fins de inventário e

patrimônio. A identificação de ações contingenciais talvez seja o maior legado desses trabalhos, uma vez que possibilitarão prosseguir com a produção sem a necessidade de investimentos imediatos e paradas emergenciais, ainda sem exposição de funcionários e de usuários a algum risco grave.

Essas informações devem ser apresentadas em documento separado dos documentos finais e previstos na inspeção, de forma que fique claro o que foi demandado e o que foi conseguido pela equipe de inspeção, para que as aplicações e objetivos das peças produzidas possam ser apreciadas pelos envolvidos de dentro ou fora da empresa ou organização demandante.

Uso no plano de ações e contingências

Em momento nenhum as legislações preveem o relaxamento das questões de segurança, ou melhor, de ações de segurança. As legislações também não se atêm apenas às ações corretivas, na sua forma exclusiva em aplicação ao restabelecimento das condições mínimas de trabalho ou uso. Tomando isso como premissa para estabelecer um plano de ação completo que dê apoio à implantação imediata de ações contingenciais, é essencial, não só a segurança, como também à manutenção do

uso e produção das instalações elétricas em análise.

Conclusão

Todo relatório precisa de uma conclusão, não um comentário, opinião, parecer ou laudo. Esses últimos são expressão de juízo de valor, assim descaracterizam a principal razão de sua existência: imparcialidade técnica. Aqui a conclusão se limita a expressar o grau de aderência aos padrões definidos inicialmente pelo pedido ou legislação utilizada, normas regulamentadoras ou normas técnicas definidas como “referências” de trabalho.

A indicação gráfica de percentuais por setor, tipo de instalação ou prédio mostra que as classificações dessas mesmas ações não estão em conformidade, de modo a permitir ações estratégicas conjuntas para sua eliminação, sendo informações valiosas para aqueles que vão receber o relatório e que retirarão do relatório os argumentos para os investimentos e os financiamentos. Deve-se lembrar sempre que o envolvido que vai ler o relatório não é o mesmo que escreveu, e muitas vezes nem técnico é.

A apresentação dos critérios de classificação das não conformidades, ainda que de forma imparcial e amparado por referências maiores e legais, dá a razão das prioridades

admitidas na construção do plano de ação corretiva (PAC) que aqui chamaremos de PACC (Plano de Ações Contingenciais e Corretivas), objetivando o resgate das condições mínimas de segurança dos envolvidos e usuários no tempo mais adequado aos riscos.

Fechamos esse tópico com a proposta de propor uma classificação das instalações em três níveis: A, B e C.

Nível A – atende às condições de segurança a favor da garantia da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente – sustentabilidade e eficiência energética;

Nível B – atende às condições de segurança a favor da estabilidade do negócio, bem-estar e da produção – continuidade de serviço e proteções seletivas;

Nível C – atende às condições de segurança a favor da garantia da vida dos usuários e a preservação do patrimônio – choque e incêndio.

**MARCUS POSSI é engenheiro eletricista, consultor e diretor da Ecthos Consultoria.*

Continua na próxima edição

Confira todos os artigos deste fascículo em
www.asetoreletrico.com.br

Dúvidas, sugestões e comentários podem ser encaminhados para o e-mail
redacao@atitudeeditorial.com.br